



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

**RELATÓRIO SINTÉTICO
DAS ATIVIDADES**

ANO: 1993

02.1552
07.2114

Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado

Desembargadora Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos

Vice-Presidente

Desembargador Wilson de Jesus Marques da Silva

Corregedor Geral de Justiça

Desembargador José Alberto Soares Maia

Diretora do Forum Cível

Juíza Albanira Lobato Bemerguy

Diretora do Forum Criminal

Juíza Ivone Santiago Marinho

Secretário Geral do Tribunal

Gengis Freire de Souza

Subsecretário do Tribunal

Luís Cláudio Serra de Faria

Chefe de Gabinete da Secretaria da Presidência

Maria Cândida Gomes Noronha

Assessorias

Célia Angélica Lobo dos Santos - Presidência

Teresa Cativo Rosa - Planejamento e Programação

Rubem Bernardes Kepler da Silva - Organizacional

Paulo de Mendonça Ledo - Cerimonial e Relações Sociais

Odacyl Catete - Imprensa

Georgina Pereira dos Santos - Auditoria Interna

Diretor Secretário de Administração

Rui Guilherme Soares Noronha

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Riza Márcia Gama Pacheco

Diretora do Departamento Financeiro

Celeste Ângela Dias Lobo

Diretora do Departamento de Documentação e Informação

Vilma Raimunda Lobato Reis

Diretor do Departamento de Patrimônio e Serviços

Miguel Sauma Filho

Diretor do Departamento de Informática

Luiz Paulo Leal da Gama Malcher

Diretora da Escola Superior de Magistratura

Desembargadora Maria de Nazaré Brabo de Souza

Coordenador da Escola Superior de Magistratura

José Adelino Soares Noronha

Coordenadora do Museu do Judiciário

Cacilda Maria Saraiva Pinto

02.412509811
02.212

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ
Biblioteca Des. Antônio Kuy
Data 27/03/96 Nº de Reg. 33/96

Sumário

Mensagem.....	04
Presidência	06
Vice-Presidência	09
Corregedoria Geral	10
Forum Cível	11
Forum Criminal	12
Juizado de Pequenas Causas	14
Escola Superior de Magistratura	15
Secretaria Administrativa	16
Conclusão	25
Anexos	26

Mensagem

Entre as grandes conquistas - na verdade reconquistas - obtidas com a Constituição de 1988 está o fortalecimento das instituições democráticas e, entre estas, com especial destaque o do Poder Judiciário, revitalizado com a nova ordem constitucional.

O fenômeno, de fácil explicação, é decorrência normal do restabelecimento do Estado de Direito entendido como aquela forma de organização política em que o poder não pode tudo mas, tão somente, o que preceituam as leis, limitando os governantes e protegendo os governados.

Consequência, também normal, dessa nova ordem de coisas, desse retorno ao estado de Direito, tem sido o crescente apelo ao Poder Judiciário, não apenas para dirimir contendas entre particulares - o que é da essência da função jurisdicional - mas também, e quase principalmente, pelo menos até o momento atual, para arbitrar conflitos entre a Sociedade e o Estado, entre o Cidadão e o Poder.

Em contrapartida a essa angustiosa demanda, verdadeira sede de justiça, a cidadania ao mesmo tempo em que deposita suas esperanças na atuação protetora do Judiciário, está a exigir deste Poder mais rapidez e mais eficiência na prestação jurisdicional, porque todos sabem, e não se cansam de repetir, que justiça tardia é justiça denegada, sobretudo numa sociedade como a nossa onde é gritante, porque enorme e crescente, a distância entre ricos e pobres, constituindo as dificuldades de acesso à justiça um fator a mais de intolerável discriminação.

Nesse contexto, embora não justificável, torna-se compreensível a facilidade com que obteve espaços na mídia e, por via de consequências, perante à opinião pública, a campanha pelo chamado controle externo do Poder Judiciário, habilmente apresentado como panacéia para todos os males da administração da Justiça, quando, em verdade, esses males podem e devem ser resolvidos, exclusivamente, pela atuação enérgica e obstinada da própria magistratura e não sob a pressão de instâncias a ela estranhas e despreparadas para esse mister.

Daí a preocupação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e, particularmente, daquela que, em nome da Corte, tem a responsabilidade de administrar o Poder Judiciário estadual, no sentido de modernizar e racionalizar o funcionamento do aparelho judicial, de cuja eficiência, como atividade meio, depende em larga medida a eficácia da prestação jurisdicional.

Sob essa inspiração, adotamos as mais diversas providências no âmbito da Presidência do TJE e de sua Secretaria Administrativa para que, a despeito das dificuldades que são de todos conhecidas, realizássemos o ótimo dentro do

possível, dando apoio integral aos órgãos do Poder Judiciário, na Capital e no Interior do Estado.

Reflexo dessa atuação, para cujo êxito não faltaram o trabalho, compreensão e estímulo dos nossos pares e de todo o corpo técnico - administrativo desta Casa, são os registros adiante indicados, verdadeiro balanço, ainda que sintético, do primeiro ano de nossa administração à frente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Belém, 01 de fevereiro de 1994


Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos
Desa. Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Presidência

1. RECURSOS ESPECIAIS:

1.1. Total de recursos interpostos:	179
1.2. Recursos em tramitação:	84
1.3. Despachos proferidos:	82
1.3.1. Seguimento denegado:	68
1.3.2. Seguimento admitido:	14

2. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS:

2.1. Total de recursos interpostos:	37
2.2. Recursos em tramitação:	34
2.3. Despachos proferidos:	29
2.3.1. Seguimento denegado:	19
2.3.2. Seguimento admitido:	10

3. RECURSOS ORDINÁRIOS EM HABEAS - CORPUS:

3.1. Total de recursos interpostos:	27
3.2. Recursos em tramitação:	8
3.3. Despachos proferidos:	19
3.3.1. Encaminhando ao STJ:	19
3.3.2. Seguimento denegado:	2

4. RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADOS DE SEGURANÇA:

4.1. Total de recursos interpostos:	22
4.2. Recursos em tramitação:	5
4.3. Despachos proferidos:	17
4.3.1. Encaminhado ao STJ:	14
4.3.2. Seguimento denegado:	3

5. AGRAVOS DE INSTRUMENTO:

5.1. Total de recursos interpostos:	126
5.2. Recursos em tramitação:	73
5.3. Despachos proferidos:	
5.3.1. Encaminhados ao STJ e ST:	82
5.3.2. Seguimento denegado:	9

6. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA:

6.1. Total de pedidos interpostos:	7
6.2. Despachos proferidos:	7
6.2.1. Indeferidos:	5
6.2.2. Deferidos:	2

7. INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA:

7.1. Total de informações:	5
7.2. Informações prestadas:	5

8. GABINETE:

8.1. Resoluções	26
8.2. Memorandos	143
8.3. Portarias	1011
8.4. Ofícios Expedidos	1058
8.5. Expedientes da Presidência	38
8.6. Acórdãos	32
8.7. Provimentos	0
8.8. Resenhas do Tribunal Pleno	26
8.9. Fax - expedidos	459
8.10 Telex - expedidos	7

Outras realizações

• Realização de Concurso Público para o Cargo de Juiz de Direito Substituto, com 534 candidatos inscritos e 10 aprovados;

• Instalação de Comarcas no Interior, nos municípios de Medicilândia, Brasil Novo e Rurópolis;

• Autorização e procedimentos iniciais para realização de Concurso Público nos cargos de: Escrivão, Escrevente, Auxiliar Judiciário, Auxiliar de Informática, Atendente Judiciário I, Comissário e Auxiliar de Serviços Gerais;

• Lançamentos das Revistas do TJE, nº 59 e nº 60, subsidiando advogados, magistrados e demais pessoas interessadas, com dados atualizados sobre Doutrina, Jurisprudência e Legislação;

• Criação de uma Comissão Especial, para acompanhamento junto ao Poder Legislativo, de projetos e assuntos de interesse do Poder Judiciário;

· Concessão do Vale Transporte aos funcionários, num trabalho conjunto da Administração do TJE com o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário do Estado do Pará - SINJEP;

· Concessão da "Medalha de Bons Serviços (Res. nº 024/93) a oitenta (80) servidores do Poder Judiciário, que se destacaram pelo bom desempenho, em diferentes categorias;

· Comemoração em Sessão Solene no TJE, dos 166 anos de implantação dos Cursos Jurídicos no Brasil (11/08/1827);

· Participação do TJE no II Forum Nacional de Segurança Pública, Violência e Criminalidade - Câmara dos Deputados - Brasília;

· Participação da Presidenta do TJE em Reuniões de Trabalho e outros eventos na Capital e no Interior do Estado do Pará, em outros Estados da Federação, em atividades inerentes ao Cargo;

· Articulação permanente com outras Instituições, dentre as quais destacam-se a da Associação dos Magistrados do Pará e da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB - Seção Pará;

· Participação de Magistrados, Técnicos e Assessores em Congressos, Cursos e Seminários em diversas localidades do país, em processo permanente de atualização e reciclagem;

· Autorização para participação na Campanha Nacional de Combate à Fome e a Miséria, engajando a Comunidade do TJE na doação e distribuição de alimentos e outros gêneros, às populações carentes;

· Apresentação do Coral do TJE, em diversas solenidades;

Vice-Presidência

DEMONSTRATIVO DOS "HABEAS-CORPUS" IMPETRADOS E JULGADOS

PERÍODO: 02/01/93 a 30/12/93

Julgados	263
Concedidos	49
Denegados	184
Prejudicados	14
Não Conhecidos	8
Desistências	8
Não Julgados	48
Total	311
Desaforamentos	
Julgados	4
Não Julgados	1
Total	5

CORREGEDORIA GERAL

DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO

PERÍODO: 02/01/93 a 30/12/93

Provimentos	3
Portarias	15
Reclamações (em tramitação)	7
Reclamações (decididas)	39
Pedidos de Providências (em andamento)	162
Pedidos de Providências (decididos)	508
Pedidos de Consultas	3
Pedidos de Orientação	3
Pedidos de Efetivação	1
Pedidos de Nomeação	3
Pedidos de Estabilidade	1
Pareceres proferidos pelo Corregedor	398
Pareceres proferidos pela Assessoria Jurídica	511
Recursos Interpostos ao Cons. da Magistratura	2
Pedidos de Instalação de Comarcas	13
Pedidos de Instalação de Cartórios	15
Pedidos de Concurso Público	38
Sindicância instaurada	1
Correições realizadas	10
Relatórios	2
Pedido de Cancelamento de Terras	1
Pedido de Homologação de Opção	10
Resenhas	36
Pedidos de transferências de presos	2
Ofícios Expedidos	1.446
Ofícios Recebidos	251
Expedientes Diversos (recebidos e providenciados)	2.812
Ofícios Circulares	18

Forum Cível

No ano de 1993 o Fórum Cível iniciou o período forense com 18 (dezoito) Varas. Num esforço de expansão e aperfeiçoamento no atendimento dos serviços judiciários do Forum, foram implementadas medidas que levaram a expressivas realizações, tornando mais eficientes os trabalhos da área judicial e do atendimento ao usuário.

Nesse sentido merecem destaque as seguintes realizações:

1. Instalação de 6 (seis) Varas Cíveis as quais passaram a receber processos na proporcionalidade de 2/3 de ações, por determinação discriminada através da Resolução 019/93;

2. Instalação da Vara Distrital de Icoaracy a qual recebeu competência para atuar nos litígios circunscritos à Vila de Icoaracy.

3. Instalação da Central de Distribuição com atribuições de promover a distribuição das ações entre as Varas, observadas as competências;

4. Instalação da Central de Mandados que recebeu por atribuição o controle das diligências determinadas, previstas no provimento 003/93, contabilizando um total de 14.047 mandados expedidos, os quais foram equitativamente distribuídos entre 76 Oficiais de Justiça habilitados no Forum Cível. Essa instalação possibilitou, em razão da triagem, que mandados incompletos fossem entregues aos Oficiais, o que constitui um elemento positivo para o recolhimento concluído das diligências ordenadas nos mandados;

5. Implantação do sistemas de resenhas, ainda em fase de informatização, agilizando a publicação dos despachos/sentenças, como também viabilizando o acompanhamento da tramitação do processo;

6. Aperfeiçoamento do sistema de Cartas Precatórias passando a adotar um processo de triagem antes da distribuição e o prévio estabelecimento do valor das custas, possibilitando informar, de pronto, ao juízo deprecante a Vara em que tramitará a Carta, os documentos que estão faltando nos autos e o valor das custas que deverão ser recolhidas em favor do juízo deprecado.

As estatísticas registradas no ano foram de 16.041 processos que, segundo suas competências, ficaram assim distribuídos:

Assist. Judiciária: Varas - 11 ^a , 12 ^a , 17 ^a , 22 ^a e 23 ^a	4933
Fazenda Pública: Varas - 14 ^a , 15 ^a e 21 ^a	2503
Infância e Juventude: Varas - 3 ^a e 24 ^a	1818
Família, Cível e Comércio: Varas - 1 ^a , 2 ^a , 4 ^a , 5 ^a , 6 ^a , 7 ^a , 8 ^a , 9 ^a , 10 ^a , 11 ^a , 18 ^a , 19 ^a e 20 ^a	6251
Acidente do Trabalho: Vara - 10 ^a	2
Vara Distrital de Icoaracy	474

Forum Criminal

O movimento de distribuição e julgamento dos processos do Forum Criminal bem como suas atividades administrativas passaram por mudanças expressivas no ano de 93, acarretando melhorias e eficiência nos serviços e na celeridade dos processos. Nesse sentido foram realizados:

1. Instalação de 4 (quatro) Varas Penais que passaram a funcionar recebendo processos na proporção de 2/3 de feitos - Res. nº 019/93;

2. Instalação da Vara Distrital de Icoaracy, com competência para julgar os feitos ocorridos naquela jurisdição;

3. Processo de informatização do Forum Criminal com a instalação da Central de Distribuição, que executa a distribuição de feitos entre Varas e Pretorias, observando suas competências;

4. Implantação do cadastro informatizado do registro de denúncias com aproximadamente 60.000 registros. Serviço executado exclusivamente por funcionários da Secretaria do Forum, substituiu a pesquisa até então realizada nos antigos livros do Forum, tornando a mesma mais confiável e possibilitando sensível diminuição nos prazos de levantamento da informação;

5. Melhoria no atendimento a advogados quanto a consulta de autos distribuídos às diversas Varas e Pretorias, com a instalação de 2 terminais de computador e 1 impressora;

6. Serviços de reformas nas instalações físicas do funcionamento do Forum, bem como aparelhamento e reaparelhamento em suas unidades. Nesse sentido, destacam-se melhorias na sala do Tribunal do Juri, instalação de balcões em todos os cartórios do Forum, instalação de armários nos gabinetes dos juízes, nos gabinetes da direção e na Secretaria do Forum, além do equipamento e recuperação de outras instalações de atendimento direto ao usuário da justiça.

No decorrer do ano de 1993, foram distribuídos para as Varas e Pretorias 6.877 feitos criminais, obedecendo suas competências.

O total de processos ficou assim distribuído:

1ª Vara Penal (Tribunal do Juri)	210
2ª Vara Penal (Tribunal do Juri)	165
3ª Vara Penal (Juízo Singular)	312
4ª Vara Penal (Juízo Singular)	285
5ª Vara Penal (Juízo Singular)	289
6ª Vara Penal (Juízo Singular)	294
7ª Vara Penal (Juízo Singular)	326
8ª Vara Penal (Execuções Penais)	1.249
9ª Vara Penal (Juízo Singular)	302
10ª Vara Penal (Juízo Singular)	304
11ª Vara Penal (Juízo Singular)	293
12ª Vara Penal (Juízo Singular)	295
13ª Vara Penal (Entorpecente)	222
14ª Vara Penal (Entorpecente)	222
16ª Vara Penal (Econ. Impresa)	70
17ª Vara Penal (Entorpecente)	28
18ª Vara Penal (Juízo Singular)	212
Vara Distrital de Icoaracy	103
1ª Pretoria Penal	360
2ª Pretoria Penal	344
3ª Pretoria Penal	342
4ª Pretoria Penal	345
6ª Pretoria Penal	322

Juizado de Pequenas Causas

- Aprovação e providências necessárias para instalação do Juizado Especial de Pequenas Causas;
- Instalação de Juizados Informais de Pequenas Causas em Bragança, Castanhal, Capanema, Conceição do Araguaia, Icoaracy, Marabá, Paragominas e Itaituba;
- Celebração de Convênios com as Prefeituras dos Municípios de Conceição do Araguaia e Tucuruí para, em regime de Comodato, ceder prédios próprios para funcionamento dos Juizados Informais de Pequenas Causas,
- Gestões junto a COHAB-Pa, para doações de prédios, em regimes de Comodato, para funcionamento do Juizado Informal, no Bairro da Cidade Nova;
- Participação do Poder Judiciário, através do Juizado de Pequenas Causas, no Movimento de "Ação Global", com barracas instaladas nos bairros da Cidade Nova e Jurunas;
- Atividades de conscientização em diversas comunidades da Capital e do Interior do Estado, sobre o papel da Justiça e sobre o trabalho do Juizado de Pequenas Causas.

Escola Superior de Magistratura

- Realização de Cursos de Aperfeiçoamento (2), Cursos de Atualização (2), Palestras, Conferências, Seminários e Ciclo de Debates, versando sobre assuntos de natureza Jurídica e Administrativa, num processo permanente de atualização e reciclagem;
- Realização de Curso de Atualização no Interior do Estado, Município de Santarém, destinado aos funcionários e serventuários vinculados ao TJE - Pará, lotados nas Comarcas de Baixo e Médio Amazonas;
- Realização do I ENCONTRO ESTADUAL DE JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS;
- Realização de Curso Complementar de domínio conexo (língua francesa) destinado ao Corpo da Magistratura;
- Produção de 14 trabalhos técnicos, de natureza jurídica, de interesse da comunidade do Judiciário;
- Produção de 10 fitas de Vídeo-Cassete, com assuntos de natureza jurídica, enriquecendo o acervo da E.S.M.

Secretaria Administrativa

As ações desenvolvidas pela Secretaria Administrativa do TJE, visaram dar condições de trabalho às unidades do Poder Judiciário, através da administração das áreas Financeira, Patrimonial e Serviços, Recursos Humanos, Documentação e Informação e de Informática, compatíveis com o objetivo maior da Presidência do TJE de tornar mais eficientes e céleres os serviços judiciários.

O esforço foi orientação para o alcance das metas definidas para o ano de 1993, sobretudo às relativas à modernização e descentralização da Justiça, aos avanços salariais e melhorias nas condições gerais de trabalho.

Em trabalho conjunto com a Assessoria de Planejamento e demais unidades técnicas e operacionais do TJE, foram realizados:

1. Procedimentos para que o Poder Judiciário tivesse reconhecida sua autonomia financeira (Parecer de nº 097/93 - Consultoria Geral do Estado) fato de extrema relevância pois permitiu a esse Poder a plena utilização dos recursos consignados em seu Orçamento, em especial os valores oriundos da aplicação dos recursos financeiros, no mercado de capitais;

2. Negociações e Reuniões Técnicas para garantir recursos ao pleno funcionamento do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Nesse sentido foi desenvolvido trabalho árduo não só para administrar os recursos disponíveis em 1993 mas, sobretudo, para garantir que o Orçamento de 1994 não ficasse reduzido, comprometendo o atendimento e a qualidade dos serviços judiciários em nosso Estado, em especial a Instalação e Aparelhamento de Comarcas do Interior;

3. Definição de uma Política Salarial possibilitando aos magistrados e demais funcionários programarem seus gastos mensais e protegendo os vencimentos do processo inflacionário.

Essa política concede a todos os servidores do Poder Judiciário, ativos e inativos, no 1º mês de cada trimestre, a título de antecipação, aumentos equivalentes a 100% da inflação do mês anterior; no segundo mês, conhecida a disponibilidade financeira do Poder Judiciário, através dos valores do QDQT - Quadro Demonstrativo de Quotas Trimestrais, são definidos os percentuais de reajuste, num processo gradual de reposição de perdas;

4. Desenvolvimento e implementação do Plano de Informatização do TJE, com ações voltadas também para as Comarcas do Interior.

O Plano teve início com a revisão completa do parque computacional existente em 02/93, e teve como objetivo principal a disponibilização de recursos e serviços computacionais nas mãos dos magistrados. Assim o Plano prevê a colocação de um conjunto de microcomputador e impressora em cada gabinete de magistrado e, também, em cada unidade administrativa.

No processo de discussão para escolha do tipo de equipamento padrão, houve a preocupação com o futuro, e o TJE elegeu como sua plataforma a tecnologia de rede local de microcomputadores - padrão NOVELL, líder do mercado, com estação 386 com porte suficiente para rodar WINDOWS, inclusive com monitor colorido.

A partir de então, a implementação do Plano compreendeu:

a) Aquisição de equipamentos

- 3(três) microcomputadores 486 DX2-66 com 16 Mbytes de memória, 1,2 Gbytes, fita DAT, etc..., que serão usados como servidores da rede local;
- 40(quarenta) microcomputadores 386 SX com 4 Mbytes de memória, winchester de 80, disco 3 1/2", que serão usados como estações da rede;
- 16(dezesseis) microcomputadores 386 SX com 4 Mbytes de memória, disco 3 1/2", que serão usados como estações da rede;
- 60(sessenta) microcomputadores 386 DX com 4 Mbytes de memória, disco 3 1/2" , que serão usados como estações da rede;
- 6(seis) microcomputadores 486 SX, 4 Mbytes de memória, disco winchester de 170 Mbytes..., que serão usados nos foruns do interior;
- 116(cento e dezesseis) estabilizadores de 1 KWA;
- 1(um) nobreak;
- 25(vinte e cinco) impressoras HP DESKJET;
- 60(sessenta) impressoras EPSON LX-810L;
- 6(seis) impressoras EPSON LQ-570+;

- 3(três) cópias do software Netware 3.11, 50 usuários que serão usados nos servidores;
- 116(cento e dezesseis) cópias/licença do Windows 3.1;
- 50(cinquenta) cópias/licença do Word 2.0 For Windows;
- 6(seis) terminais ADD para SMX;
- 12(doze) Hubs (concentradores) que permitem que a rede possa ter até 144 estações;

Alguns melhoramentos no parque SMX (equipamento anterior) foram realizados a partir das solicitações das direções dos foruns Cível e Criminal, destacando-se as mudanças, com expansão, nos layouts das instalações tanto do Fórum Cível como no Forum Criminal, tornando-as mais confortáveis e capazes de atender a demanda existente. Ressalte-se a criação do Centro de Distribuição/Protocolo no 3º andar do Prédio principal do TJE.

Registre-se também neste tópico a ligação do microcomputador do TJE à RENPAC, Prodasen e Tribunais Superiores. Há muito tentado, a ligação foi efetuada em abril e representa hoje um dos principais serviços do TJE à comunidade jurídica interna e externa. Vale ressaltar que a velocidade com que esses serviços são prestados melhorará sensivelmente, quando a EMBRATEL implantar em Belém circuitos RENPAC mais velozes.

A continuidade do trabalho tem como principal desafio a implantação da REDE DO TJE, que inclui a princípio, 5(cinco) redes locais interligadas totalizando aproximadamente 130 estações de trabalho distribuídas em quase todas as salas do prédio do TJE (Quadro I - Anexo).

b) Aplicações na Área Jurisdicional

O TJE hoje faz parte da relação dos Tribunais que possuem sua jurisprudência informatizada. Iniciado com o registro dos Acordãos do Pleno, Regimento Interno, Código Judiciário, entre outros, as aplicações da jurisprudência são suportados pelo software SRI e rede local.

O acesso ao Prodasen, aos Tribunais Superiores, ao Tribunal de Alçada Cível do Estado de São Paulo e outros já é uma realidade sendo esses serviços muito requisitados por magistrados, assessores e advogados.

c) Aplicações na Área Processual

- criação de um módulo específico para cadastramento de resenha, que permitiu que os processos não mais saíssem dos cartórios para efeito de registro das resenhas. Isto permitiu também que

progressivamente o serviço da Central de Resenhas fosse estendido para os demais cartórios, de modo que no final de 93, 17 (dezesete) dos 24 cartórios do Forum Cível já utilizavam o serviço;

- ajuste da distribuição e redistribuição para as Varas Cíveis e Criminais de Icoaracy, que foram implantadas em 1993, obrigando a ajustes nos programas do Sistema de Controle de Processos - SCP;
- ajuste do novo critério de distribuição para as novas Varas Cíveis e Criminais, seis novas varas foram criadas no Cível e quatro no Criminal em nossa capital. Para que a distribuição permaneça equilibrada, a Corregedoria determinou que os processos passassem a ser distribuídos na proporção de 2/3 para novas varas, fato que levou a alteração do SCP;
- criação do controle das devoluções e cumprimento de mandados com retornos e consultas, determinado pela Diretoria do Forum Cível para melhorar a fiscalização do cumprimento dos mandados por parte dos Oficiais de Justiça. A alteração no SCP foi considerável e feita nos prazos acordados.;
- criação do controle do plantão dos oficiais de justiça, módulo novo desenvolvido no SCP visando melhorar o controle da escala de plantão dos oficiais de justiça;
- desenvolvimento do sistema de controle do Juizado Especial de Pequenas Causas;
- implantação do controle de processos em Santarém e Ananindeua, primeiras comarcas do interior a se beneficiarem do Plano de Informatização do TJE;
- implantação do sistema de controle dos processos do 2º Grau, realizado no final do ano, possibilitando que todo o processo de distribuição na Comarca de Belém, a partir de dezembro, passasse a ser efetuado pelo computador;
- implantação do sistema de controle de certidões negativas de antecedentes criminais e inquéritos, atendendo solicitação da Diretoria do Forum Criminal, possibilitando diminuir drasticamente o tempo de fornecimento das certidões, além de eliminar as pesquisas nos livros já em estado precário para manuseio constante;
- Aperfeiçoamento do sistema de controle de produtividade do Judiciário;

- Treinamento de usuários na utilização do SCP;
- Início da conversão do SCP para o novo ambiente computacional do TJE.

d) Aplicações na Área Administrativa

Desenvolvimento de ações no sentido de dotar o Tribunal de um sistema de informação gerencial. Considerando a situação existente partiu-se para implantar os sistemas a nível operacional, e em uma segunda etapa integrá-los de modo a operar as informações gerenciais.

A única aplicação então existente, a folha de pagamento, foi expandida ao longo do exercício, para possibilitar sua transformação num Sistema de Recursos Humanos. Paralelamente, várias ações foram desenvolvidas junto ao DRH, mostrando a necessidade de ter-se um cadastro único, substituindo progressivamente os controles manuais ainda em uso. Foi implantado o controle de frequência, aumentado o nível de automatização da folha de pagamento e o cadastro foi atualizado, embora ainda a um nível insuficiente.

Implantação do Sistema Orçamentário-Financeiro adaptado para ambiente de redes, possibilitando a usuários autorizados consultar informações a partir de qualquer estação;

Foi desenvolvido e programado o novo sistema de administração de material e patrimônio, que será implantado logo no início de 94. É importante destacar que o sistema foi concebido a partir da análise do sistema existente no Prodepa, que atende toda administração estadual.

Em virtude do Tribunal estar realizando concursos públicos, foi desenvolvido e implementado um modelo para Concurso Público, já tendo sido usado na Comarca de Augusto Corrêa e atualmente em uso na Capital.

e) Aplicações na Área do Banco de Dados

Com a finalidade de dispor de uma base de dados que informasse permanentemente a tramitação processual da Magistratura Paraense e para que os dados passassem a fazer parte do Banco Nacional de Dados, com sede no Supremo Tribunal, em Brasília, o Banco de Dados do TJE hoje com vários sistemas informatizados, e com a orientação da Corregedoria Geral de Justiça, procurou:

- Aperfeiçoar os macrolineamentos da administração anterior;
- Suprimir e/ou modificar sistemas operacionalizados que se tivessem revelado menos eficazes;
- Implantar novos programas voltados à Magistratura Paraense, como apoio à Corregedoria, no tocante a produtividade; visando auxiliar à criação de Varas e etc...; visando, sobretudo, a

valorização do Magistrado, expressa através de sua produtividade, para a avaliação da promoção por merecimento;

- Informatização da lista de antiguidade.

- Nesse sentido, foram desenvolvidas atividades relativas a:

- Assessoramento às Sessões plenárias;
- Operacionalização de projetos:

Operacionalização dos principais projetos existentes e planejados, para diagnóstico de situações peculiares e de casos concretos de entraves à prestação jurisdicional.

Controle de Produtividade do Judiciário - CPJ

Mediante o envio de relatórios foram atualizados os registros dos mapas estatísticos de todas as Comarcas e Termos, e/ou o envio trimestral do movimento forense ao S.T.F., com o especificar do número de processos em tramitação por espécie, com destaque aos recebidos, julgados e arquivados.

Entre os relatórios implantados destacam-se:

- Do movimento dos processos a envolver Juízes/Pretores em Comarcas/Varas;
- Do Registro e Controle dos mapas estatísticos por Comarca/Vara e por Região;
- Da totalização mensal e anual da situação dos processos nas Comarcas/Varas;
- Da situação das Precatórias nas Comarcas/Varas;
- Dos processos conclusos de cada Comarca/Vara e respectivo Juiz;
- Totalização mensal e anual da situação dos processos nas Comarcas e Varas;
- Das Comarcas/Varas em atraso com a remessa dos mapas estatísticos;
- Da produtividade na Entrância para avaliação de promoções;
- Da lista de antiguidade da Magistratura Paraense a partir de 1990.

- **Projetos idealizados**

Atendendo ao disposto no Provimento nº 02/93 da Corregedoria Geral foi idealizado, estando em via de implantação, o projeto de acompanhamento de causas externas de entrave da atuação jurisdicional, com o objetivo de dar ciência aos órgãos vinculados, que atuam como auxiliares da Justiça, de fatos e ocorrências ensejadores do retardamento da prestação jurisdicional, para

viabilizar a solução. Além deste, os seguintes projetos estão sendo desenvolvidos:

Projeto SISPROMOV - com objetivo de permitir avaliar criteriosamente a atividade do Juiz de Direito para fins de promoção;

Projeto SENTENÇA ZERO - com objetivo de eliminar resíduos de processos.

5. Aperfeiçoamento e adequação da Estrutura Organizacional e Funcional do TJE, com vistas às novas funções requeridas pela expansão dos serviços judiciários;

6. Realização do Diagnóstico da área do Recursos Humanos, compreendendo Legislação, Capacitação e Desenvolvimento;

7. Treinamento, em conjunto com a Escola Superior da Magistratura, do corpo técnico-administrativo do Poder Judiciário, realizando Cursos de Desempenho Profissional, na Capital e no Interior do Estado(Santarém), esse último pela 1ª vez realizado no âmbito do TJE;

8. Equiparação Salarial dos Funcionários das Comarcas do Interior, ao Plano de Cargos e Salários do TJE

9. Programas de Construção, reforma, aparelhamento e reaparelhamento de Comarcas do Interior, objetivando avançar no processo de interiorização do judiciário e num esforço de dotá-las de condições dignas de funcionamento. Nesse sentido foram implementadas:

- a) Visitas técnicas às Comarcas já instaladas e a outros municípios, no sentido de levantar informações, conhecer as necessidades locais e, a partir de então, definir prioridades;
- b) Estabelecimento de Modelo Padrão para construção de Fóruns (1ª e 2ª Entrâncias) e residências de Juizes do Interior, visando reduzir custos e oferecer melhores condições de trabalho;
- c) Construções e reformas em diversas localidades do Estado, dotando Fóruns e residências de Juizes de condições adequadas ao funcionamento (Quadro II - Anexo);

d) Aquisição de imóveis nos Municípios de São Geraldo do Araguaia (2), Itaituba (2), Xinguara (1), Salvaterra (1), Ananindeua (2) e Óbidos (1), a fim de atender necessidades emergenciais desses Municípios e, ao mesmo tempo, reduzir custos de instalações;

e) Aquisição e distribuição de bens móveis para diversas localidades do interior, dotando as Comarcas e Termos de móveis, utensílios, equipamentos e veículos necessários aos seus funcionamentos (Quadro III - Anexo);

10. Serviços de reforma e melhoramentos no Prédio do TJE, visando obter o melhor uso do espaço físico disponível, frente às necessidades de novas instalações requeridas pela expansão dos serviços judiciários;

11. Inventário de bens patrimoniais do TJE, compreendendo o mapeamento de todos os bens patrimoniais, criação de depósito e melhor uso e controle do sistema de almoxarifado. Ao mesmo tempo foram estabelecidas normas internas para realização de controles de entrada , saída, movimentação e guarda do patrimônio do TJE;

12. Implantação de melhorias nos serviços de segurança e vigilância do TJE, com nomeação de um Chefe Coordenador, ampliação e treinamento do efetivo da guarda de segurança e instalação de Posto fixo para o Corpo da Guarda Judiciária;

13. Procedimentos licitatórios compatíveis com os princípios da normalidade e transparência dos atos administrativos, nas modalidades de Carta-Convite (128) e Tomadas de Preços (17);

14. Implantação do Serviço Permanente de Assistência Social aos servidores, no sentido de melhorar a assistência do TJE aos seus servidores, inclusive em articulação direta com as Comarcas do Interior;

15. Ampliação e melhoramentos nos serviços médico e odontológico do TJE;

16. Implantação do "Programa de Estágios" (Res. 026/92), para estudantes do 3º grau, das áreas de Ciências Jurídicas e Ciências Humanas, objetivando capacitação profissional e ajuda financeira aos universitários, combinando a jornada de trabalho com o horário acadêmico;

17. Ampliação do acervo bibliográfico da Biblioteca do TJE, com aquisição de livros e revistas atualizados;

18. Elaboração do Plano de Ação Imediata para a reorganização da documentação administrativa do TJE, abrigada no Arquivo Geral;

19. Exposição Comemorativa aos 166 anos da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, com mostra de obras e peças raras, pertencentes ao TJE e a ilustre Juristas e Colecionadores do Estado do Pará - Biblioteca Desembargador Antônio Koury;

20. III Exposição alusiva ao Dia Internacional da Mulher, com o tema "Poder Judiciário, Sistema Penal e Comunidade X Mulheres Presidiárias" - Museu Judiciário;

21. IV Exposição alusiva ao Dia da Criança, com o tema "Menor e Violência" e a contribuição de outras entidades governamentais e não governamentais - Museu Judiciário;

22. Outras medidas que redundaram em modernização administrativa:

- a) Pagamentos sob a forma de ordens bancárias, eliminando as operações com cheques;
- b) Emissão de empenhos por computador;
- c) Controle das prestações de contas de suprimento de fundos, destinados a todas as Comarcas do Interior do Estado;
- d) Boletins de frequência;
- e) Boletim informativo, com orientações gerais aos funcionários do TJE;
- f) Sistema de informações através de "Caixa Direta", no prédio do Anexo II do TJE, para que os servidores apresentem críticas e sugestões, não sendo obrigatório a identificação do usuário;
- g) Fixação de prazos para alterações na folha de pagamento mensal do TJE;
- h) Implantação de formulários próprios, disciplinando os pedidos de aquisição de materiais e/ou prestação de serviços.

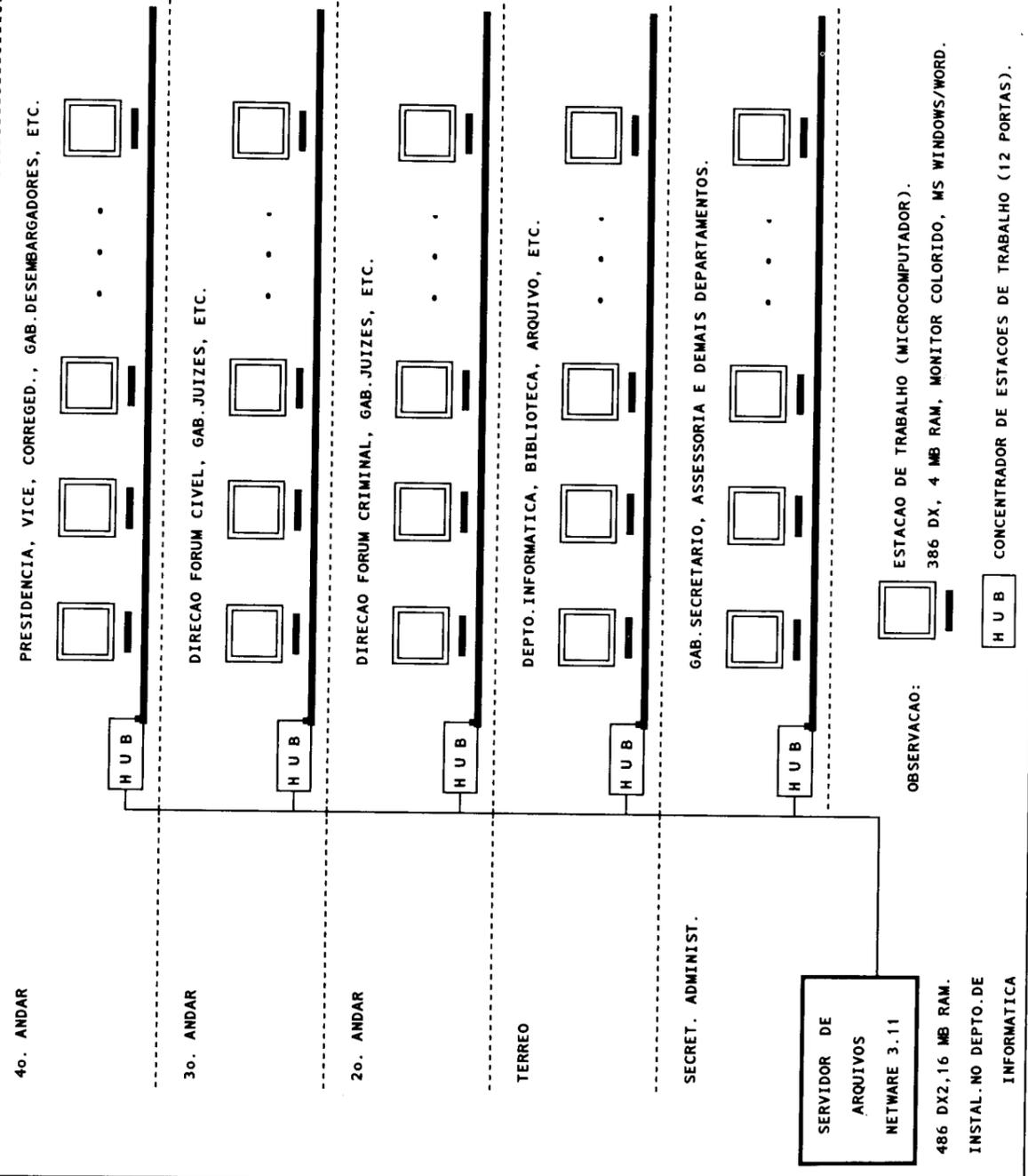
Conclusão

A apresentação deste Relatório deixa em nós o sentimento do dever cumprido, que se demonstrou pelo trabalho que vem sendo realizado. Esse trabalho, fruto de uma participação coletiva, deve ser reconhecido apenas como um passo na busca de meios necessários à incessante luta, visando a celeridade da Justiça em nosso Estado e a consolidação da autonomia administrativa-financeira do Poder Judiciário.

A grandeza com que foi realizado criou em nós a determinação de prosseguir nessa luta, com o compromisso de que mais será feito e a esperança de continuar recebendo a colaboração de toda a comunidade judiciária.

ANEXOS

QUADRO I - REDE DE MICROCOMPUTADORES - 1993/1994



SERVIDOR DE ARQUIVOS
NETWARE 3.11
486 DX2, 16 MB RAM.

INSTAL. NO DEPTO. DE INFORMATICA

QUADRO II

DIRETORIA DE PATRIMONIO E SERVIÇOS DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO DEMONSTRATIVO DE OBRAS NO INTERIOR DO ESTADO - 1993						
LOCALIDADE	OBRA	MODALIDADE LICITAÇÃO	VALOR LICITADO	INICIO DA OBRA	FASE DE EXECUÇÃO	
ANANINDEUA	ACAP. FORUM	C.C. 107/93	7.234.579,00	NOVEMBRO	90%	
ABAIETUBA	REF. e AMP. FORUM	C.C. 083/93	6.261.234,80	SETEMBRO	90%	
ALTAMIRA	CONST. FORUM	TP. 012/93	24.518.534,89	NOVEMBRO	INÍCIO	
BONITO	REF. FORUM	C.C. 037/93	824.741,18	MAIO	CONCLUÍDA	
CURUÇÁ	REF.FORUM/RESID.	C.C. 105/93	7.892.043,31	OUTUBRO	60%	
CAMETÁ	CONST. FORUM	T.P. 010/93	15.894.566,46	NOVEMBRO	INÍCIO	
CAPITÃO POÇO	REF. eAMP. FORUM	C.C. 015/93	1.031.256,00	FEVEREIRO	CONCLUÍDA	
GAR. DO NORTE	CONST.FOR./RESID.	T.P. 011/93	13.264.538,80	NOVEMBRO	INÍCIO	
ITAITUBA	REF. FORUM	-----	1.194.591,20	-----	CONCLUÍDA	
IGARAPÉ-AÇU	REF. eAMP. FORUM	C.C. 060/93	2.750.000,00	JULHO	CONCLUÍDA	
MARABÁ	REF. eAMP. FORUM	C.C. 071/93	3.267.755,45	AGOSTO	CONCLUÍDA	
MONTE ALEGRE	REF. eAMP. FORUM	C.C. 108/93	10.762.834,00	NOVEMBRO	20%	
MOJU	REF. eAMP.FORUM/ CONST. RESID.	T.P. 009/93	11.763.081,18	NOVEMBRO	INÍCIO	
MUANÁ	CONST. RESID.	C.C. 001/94	-----	-----	LICITAÇÃO	
MUANÁ	REF. FORUM	C.C. 044/93	1.435.005,50	MAIO	CONCLUÍDA	
MARAPANIM	REF. FORUM	C.C. 027/93	1.289.004,59	MARÇO	CONCLUÍDA	
MOSQUEIRO	CONST. FORUM	T.P. 001/93	1.537.372,28	MARÇO	CONCLUÍDA	
MÃE DO RIO	REF. eAMP. FORUM	-----	-----	-----	LICITAÇÃO	
PONTA DE PEDRAS	REF. RESIDÊNCIA	C.C. 002/93	960.700,00	MAIO	CONCLUÍDA	
PONTA DE PEDRAS	REF. FORUM	C.C. 033/93	1.576.630,00	MAIO	CONCLUÍDA	
SALINÓPOLIS	REF. RESIDÊNCIA	C.C. 038/93	1.095.139,50	MAIO	CONCLUÍDA	
S. DOM. DO CAPIM	REF. FORUM	C.C. 020/93	948.735,65	MARÇO	CONCLUÍDA	
SOURCE	REF. eAMP. FORUM	C.C. 084/93	4.827.663,00	SETEMBRO	90%	
SOURCE	REF. RESIDÊNCIA	C.C. 087/93	1.431.620,00	OUTUBRO	60%	

QUADRO II (cont.)

DIRETORIA DE PATRIMONIO E SERVIÇOS DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO DEMONSTRATIVO DE OBRAS 1993						
LOCALIDADE	OBRA	MODALIDADE LICITAÇÃO	VALOR LICITADO	INICIO DA OBRA	FASE DE EXECUÇÃO	
S. MARIA DO PARÁ	CONSTRUÇÃO FOR./RESIDÊNCIA	T.P. 003/93	2.762.708,26	JUNHO	CONCLUÍDA	
TOMÉ-AÇU	REF. eAMP. FORUM	C.C. 077/93	5.320.169,00	AGOSTO	CONCLUÍDA	
TOMÉ-AÇU	REF. RESIDÊNCIA	C.C. 079/93	4.857.398,00	NOVEMBRO	20%	
TAILÂNDIA	CONSTRUÇÃO FOR./RESIDÊNCIA	T.P. 008/93	13.453.089,70	NOVEMBRO	INÍCIO	
TUCUMÁ	REF. FORUM	T.P. 013/93	13.084.175,83	NOVEMBRO	INÍCIO	
VISEU	CONSTRUÇÃO FOR./RESIDÊNCIA	T.P. 002/93	2.301.889,51	MAIO	CONCLUÍDA	

QUADRO III

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS
 DEMONSTRATIVO DE BENS MÓVEIS
 QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA O INTERIOR - 1993

LOCALIDADES	MESAS	CADEIRAS	ESPECIFICAÇÃO / QUANTIDADE DOS MATERIAIS									
			VENTILADO RES	MAQUINA ESCRIV.	GELADEIRAS	VEÍCULOS	AR CONDIC.	FAX	OUTROS MOBIL.	OUTROS EQUIP.		
ABAETETUBA	25	57	01	03	01	01	04	--	--	08	--	
ACARÁ	02	02	--	--	01	--	01	01	--	01	01	
ALENQUER	04	17	--	--	--	01	--	--	--	--	--	
ALTAMIRA	06	12	03	03	04	--	02	--	--	17	02	
ANANINDEUA	93	91	--	07	01	01	17	--	--	52	01	
AUGUSTO CORRÊA	01	02	02	--	01	--	01	01	--	02	--	
BAIÃO	--	--	01	02	--	--	--	--	--	--	--	
BARCARENA	--	--	--	--	--	--	02	--	--	--	--	
BRAGANÇA	02	10	--	02	01	01	--	--	--	--	01	
BRASIL NOVO	14	29	02	05	01	--	01	01	--	10	--	
BREVES	05	15	02	03	02	01	02	02	01	05	01	
BUJARÚ	04	09	02	01	--	--	--	--	--	01	--	
CACHOEIRA	01	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
CAMETÁ	--	--	--	01	--	--	01	--	01	01	01	
CAPANEMA	04	13	07	04	01	01	02	02	--	07	01	
CAPITÃO-POÇO	--	--	05	--	--	--	--	--	--	01	--	
CASTANHAL	--	--	--	01	--	01	--	--	--	--	01	
CHAVES	--	06	--	01	--	--	--	--	--	--	--	
C. DO ARAGUAIA	02	08	--	01	--	--	--	--	--	01	--	
CURIONÓPOLIS	--	--	03	02	--	--	--	--	--	--	--	
CURUÇÁ	05	21	04	--	01	01	--	--	--	04	--	
GURUPÁ	01	06	01	01	--	--	01	01	--	--	--	
ICOARACI	08	04	--	02	--	--	--	--	--	02	--	
IGARAPÉ-AÇU	10	04	01	03	01	--	--	--	--	02	--	
IGARAPÉ-MIRI	05	03	--	02	01	01	--	--	--	--	--	
INHANGAPI	--	--	--	01	--	--	--	--	--	--	--	
ITAITUBA	06	12	--	03	--	--	01	01	--	05	--	
ITUPIACANGA	03	--	--	03	--	--	--	--	--	08	--	
MÃE DO RIO	--	--	--	01	--	--	--	--	--	--	--	
MAG. BARATA	03	08	01	01	?	?	?	--	--	01	--	

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS
DEMONSTRATIVO DE BENS MÓVEIS

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA O INTERIOR - 1993

LOCALIDADES	ESPECIFICAÇÃO / QUANTIDADE DOS MATERIAIS											
	MESAS	CADEIRAS	VENTILADO RES	MÁQUINA ESCRIV.	GELADERAS	VEÍCULOS	AR CONDIC.	FAX	OUTROS MOBIL.	OUTROS EQUIP.		
MARABÁ	12	16	--	05	--	--	02	--	03	--		
MARACANÃ	14	27	02	02	01	--	--	--	09	01		
MARAPANIM	03	06	02	01	--	--	01	--	04	--		
MEDICILÂNDIA	14	29	02	05	01	--	01	--	10	--		
MOCAJUBA	--	--	--	02	--	--	--	--	--	--		
MONTE ALEGRE	07	04	03	02	--	--	--	--	02	--		
MOSQUEIRO	39	45	--	03	01	--	02	--	36	01		
MOJÚ	--	--	01	--	--	--	--	--	--	--		
MUANÁ	06	19	--	03	--	--	02	--	05	01		
FARO	01	01	01	01	01	--	--	--	--	--		
ÓBIDOS	12	29	05	06	01	01	01	--	08	--		
OEIRAS DO PARÁ	--	02	--	01	01	--	--	--	04	01		
ORIXIMINÁ	01	09	01	02	01	--	02	01	08	02		
OURÉM	--	--	--	03	01	--	01	--	--	02		
PACAJÁ	04	11	03	03	01	--	--	--	04	01		
PARAGOMINAS	--	06	04	02	01	--	--	01	08	01		
PEIXE-BOI	02	--	07	--	--	--	01	--	--	--		
PONTA DE PEDRAS	--	--	05	02	--	--	03	--	--	--		
REDENÇÃO	26	43	04	08	02	--	03	--	26	06		
RONDON DO PARÁ	03	--	--	01	--	--	--	--	02	--		
RURÓPOLIS	14	29	02	05	01	--	01	--	10	--		
SALINÓPOLIS	09	20	09	03	01	--	01	--	07	--		
S. CRUZ DO ARARI	01	07	--	--	--	--	--	--	01	--		
S. IZABEL DO PARÁ	14	30	08	04	--	01	06	--	06	01		
SANT. DO ARAGUAIA	12	18	03	02	02	01	01	--	15	02		
SANTARÉM	25	38	05	02	--	--	03	--	21	--		
STO. ANT. DO TAUÁ	03	--	--	--	--	--	01	--	--	--		
SÃO DOM. DO CAPIM	05	02	02	03	01	--	01	--	01	03		
S. FELIX DO XINGÚ	--	--	--	03	--	--	--	--	--	--		
S. SEB. DA B. VISTA	03	12	04	02	--	--	01	--	02	--		

QUADRO III (cont.)

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 DIRETORIA DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS
 DEMONSTRATIVO DE BENS MÓVEIS
 QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA O INTERIOR - 1993

LOCALIDADES	ESPECIFICAÇÃO / QUANTIDADE DOS MATERIAIS										
	MESAS	CADEIRAS	VENTILADO RES	MÁQUINA ESCRIV.	GELADEIRAS	VEÍCULOS	AR CONDIC.	FAX	OUTROS MOBIL.	OUTROS EQUIP.	
S. J. DO ARAGUAIA	02	--	01	01	--	--	01	--	02	--	
SEN. JOSÉ PORFÍRIO	--	06	--	02	--	--	02	--	02	--	
SOURÉ	10	30	07	04	01	01	02	--	12	01	
TERMO JUD. AVEIRO	--	08	--	01	--	--	--	--	05	01	
T. JUD. BENEVIDES	02	09	--	01	--	--	01	--	--	--	
TOMÉ-ACÚ	05	20	04	04	--	--	01	--	03	02	
TUCUMÁ	05	15	02	03	--	--	01	--	--	--	
TUCURUÍ	01	--	--	02	--	01	--	--	01	--	
URUARÁ	--	--	--	01	01	01	01	--	02	01	
VIGIA	021	04	02	03	01	01	01	--	--	01	
VISEU	07	09	06	--	02	--	02	--	09	04	
ALMEIRIM	--	--	--	--	--	--	--	01	--	--	
SÃO M. DO GUAMÁ	--	--	--	--	--	01	--	--	--	--	

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 DO ESTADO DO PARÁ

N.Cham. 341.4192509811 P221r F
Autor: Pará. Tribunal de Justiça
Título: Relatório sintético das atividades : ano 1993.



00002114
1558

Ex.1 TJE-PA - BC

